

Recebido em: 04/11/2021

Aceito em: 30/11/2021

O MAPEAMENTO DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS DO NORDESTE

Fabiana de Jesus Cerqueira¹
Theresinha Guimarães Miranda²

Resumo: As bibliotecas são instituições públicas essenciais para o desenvolvimento social. À vista disso, apoiam substancialmente a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, cujo propósito visa assegurar direitos humanos. Este artigo apresenta uma pesquisa do tipo descritivo e de natureza qualitativa, com o objetivo de mapear os núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do nordeste. Do total das 20 universidades, verificou-se que apenas 8 apresentam núcleo de acessibilidade ou serviços dirigidos a pessoas com deficiência na biblioteca. Os resultados ilustram que embora a atuação atual dos núcleos apresente-se distante da perspectiva almejada, representam um significativo avanço no acesso à informação da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: inclusão; biblioteca universitária; pessoa com deficiência.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior tem ganhado relevo nas discussões acadêmicas e nas diretrizes políticas. Distintas iniciativas têm sido adotadas com a finalidade de assegurar os direitos educacionais das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; dentre essas destaca-se a criação dos núcleos de acessibilidade nas universidades, cujo objetivo consiste na eliminação de barreiras que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes na condição de deficiência.

Nessa conjuntura, as bibliotecas universitárias (BU) reconhecem seu protagonismo na legitimação das políticas educacionais inclusivas e engendram ações de natureza inclusiva que incluem a formação de núcleos ou serviços de acessibilidade, os quais constituem-se aliados no processo de implementação do paradigma inclusivo na universidade. Nesta investigação, utilizaremos a terminologia “núcleo de acessibilidade” tendo em vista a sua adoção nos documentos legais. Porém, vale aludir que em algumas instituições as ações inclusivas dirigidas

¹ Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Bibliotecária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

² Mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado pela Ume University. Professora associada aposentada da Universidade Federal da Bahia.



ao estudante na condição de deficiência são oferecidas por serviços, setores, comissões ou programas, com nomenclatura que diverge do “núcleo de acessibilidade”, mas que, na prática, funcionam como tal. Assim, todos eles serão considerados para fins deste estudo.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa de doutorado em execução no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, visa compreender com base nos pressupostos teóricos da educação inclusiva como os gestores dos núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do nordeste reconhecem suas práticas de inclusão. Por ora, o artigo apresentará os resultados parciais da pesquisa no tocante ao mapeamento dos núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do nordeste e os serviços oferecidos.

A presente pesquisa corrobora com os ideais da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que abrangem o desenvolvimento econômico, ambiental e social, os quais visam tornar o mundo um lugar melhor. As bibliotecas são instituições públicas essenciais na promoção do desenvolvimento de todos os níveis da sociedade. Por isso, apoiam substancialmente muitos aspectos da visão da Agenda 2030 da ONU e dos ODS. Destaca-se o quarto ODS da Agenda, cujo propósito é assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade (IFLA, 2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial tradicionalmente se configurou como um sistema paralelo e segregado de ensino direcionado para alunos com deficiência. Posteriormente, em função de novas demandas e expectativas sociais, buscaram-se alternativas menos segregativas para esse público. Dessa forma, a educação inclusiva desponta como diretriz educacional, sendo que seu escopo integra o reconhecimento das diferenças (GLAT; BLANCO, 2007).

Nessa perspectiva todos os alunos devem ser acolhidos na escola regular e assim, os mecanismos de seleção e discriminação são substituídos pela identificação e remoção de barreiras para a aprendizagem. Constitui-se, portanto, a adoção de uma nova cultura escolar que visa respostas educativas conforme as especificidades de cada um. A educação especial constitui-se um arcabouço teórico e metodológico que lança base para a educação inclusiva, a qual representa a política educativa oficial do país (GLAT; BLANCO, 2007).

A educação especial é uma modalidade de ensino transversal com técnicas e recursos especializados que atua na educação básica e superior a fim de assegurar a inclusão de pessoas com deficiência (PLETSCH; 2020). No entanto, a educação inclusiva é um paradigma de política pública contextualizado nos direitos humanos, cujo propósito é possibilitar o acesso à educação de grupos historicamente excluídos e apartados do direito à educação junto a seus pares (PLETSCH; SOUZA, 2021).

A educação inclusiva passou a ser reconhecida como política prioritária na maioria dos países a partir da década de 1990; foi discutida e defendida em conferências mundiais como a Conferência Mundial de Educação Especial, que aconteceu em Salamanca, em 1994. O evento resultou em orientações dos organismos internacionais que visavam erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino. Assim, iniciou-se com afinco a discussão sobre a educação enquanto um meio de promoção da inclusão social no país (UNESCO; 1994; GLAT; BLANCO, 2007).

A legislação brasileira, por seu turno, paulatinamente tem estabelecido normas, regulamentos e definições, numa perspectiva inclusiva. As políticas educacionais inclusivas situam-se no âmbito das políticas públicas de cunho social e têm assegurado o direito à educação para pessoas na condição de deficiência. Nesse bojo, destaca-se o Programa Incluir, que favoreceu a criação e consolidação de núcleos de acessibilidade. Embora o Programa atribua à universidade a responsabilidade de criar os núcleos de acessibilidade, observou-se que a BU tem fomentado a inclusão a partir da criação de núcleos ou serviços de acessibilidade vinculado diretamente à biblioteca (BRASIL, 2008).

As bibliotecas representam um dos espaços em que as políticas educacionais inclusivas se materializam, entende-se que os núcleos de acessibilidade das mesmas podem fornecer subsídio para a fomentação da educação inclusiva. À vista disso, espera-se que a pesquisa ao mapear os núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias federais do nordeste forneça subsídios para a otimização das práticas inclusivas na BU. Contudo, destaca-se que tais práticas precisam ser pautadas no modelo social da deficiência, o qual surge em contraposição ao modelo médico, e refuta a ideia de que a deficiência deveria ser entendida como um problema pessoal e transfere para a sociedade a incapacidade de absorver a diversidade. O modelo social é um avanço sobre o modelo médico, no sentido de apontar que não é a lesão que desencadeava a discriminação, mas sim a discriminação social sofrida pelas pessoas com deficiência (DINIZ, 2007).

Os núcleos de acessibilidade são essenciais no processo de transformação da educação brasileira por meio da educação pela perspectiva inclusiva ao mesmo tempo em que fomenta que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável conforme referenda a Agenda 2030.

3 METODOLOGIA

Para realizar o mapeamento dos núcleos de acessibilidade das bibliotecas universitárias do nordeste e levantar os principais serviços oferecidos, adotou-se a abordagem qualitativa. Caracterizando a pesquisa qualitativa, Gerhardt e Silveira, (2009, p. 32) apontam para a “objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; [...] busca de resultados os mais fidedignos possíveis”. A abordagem qualitativa será apropriada no sentido de ir além de indicar fragilidades no tocante a atuação dos núcleos, a proposta é entender o quadro, para assim fornecer subsídios para otimização.

Trata-se de um estudo descritivo cujo objetivo é aprofundar a descrição de determinada realidade. No caso desta pesquisa, a realidade a ser aprofundada são os núcleos de acessibilidade das universidades federais do Nordeste. O foco deste tipo de pesquisa é conhecer o que caracteriza determinado grupo (TRIVIÑOS, 1987). O procedimento de coleta de dados consistiu em levantar as universidades federais da região do nordeste e em verificar nos sites das bibliotecas a existência de núcleos de acessibilidade e quais os serviços oferecidos.

4 ANÁLISE

Do total das 20 universidades federais da região Nordeste, verificou-se que apenas 8 apresentam núcleo de acessibilidade ou serviços de natureza inclusiva. O Núcleo de Acessibilidade Informacional da UFBA foi criado com o objetivo de proporcionar a inclusão nas bibliotecas da instituição. A proposta é assegurar que os usuários com deficiência tenham acesso aos serviços disponíveis, tais como a consulta local, empréstimo domiciliar e audiovisual, orientações para o auxílio de computadores equipados com softwares específicos, leitores de tela e sintetizadores de voz capazes de permitir a leitura e produção de material textual. O núcleo celebrou convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para compartilhamento de acervos digitais em formatos acessíveis através da parceria

com a Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA), um projeto de cooperação que possibilita o intercâmbio de informações técnicas e reunir, em um único ambiente, um acervo acessível para pessoas com deficiência visual. Além disso, disponibiliza a produção e adaptação de textos em formatos acessíveis; o catálogo acessível da Rede Rebeca; associado a orientação à pesquisa bibliográfica de textos acessíveis (UFBA, 2021).

O Espaço Acessibilidade da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe atua na promoção ao acesso à informação para discentes com deficiência. No tocante aos serviços e produtos oferecidos estes incluem empréstimo da coleção de obras literárias em Braille, e em audiobooks, impressão Braille, disponibilização de computadores com softwares acessíveis (DOSVOX e NVDA), e de lupas eletrônicas, escaneamento e conversão de texto impresso em tinta para formato digital; tradutor e intérprete de LIBRAS, reprodução de imagens em alto-relevo, scanner falado para leitura de textos impressos (UFS, 2021).

No âmbito do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, a Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência tem como missão criar e propagar a Política de Inclusão à Pessoa com Deficiência nas bibliotecas da instituição e dessa forma, desenvolve ações de disseminação da informação. O objetivo é atender os estudantes com deficiência em suas demandas por informação científica, durante seu processo de ensino-aprendizagem. As bibliotecas oferecem os serviços de: edição e digitalização de livros e artigos científicos em formato acessível, levantamento bibliográfico de literatura acadêmica e orientação à pesquisa bibliográfica. Disponibiliza o Catálogo de Obras Acessíveis, e a Bases de Dados Acessíveis, inclusive a REBECA (UFC, 2021).

A Seção de Inclusão de Usuários com Necessidades Especiais da Universidade Federal da Paraíba tem a missão de atender aos usuários com deficiência, e oferece os seguintes serviços: informações aos usuários, empréstimo, renovação e devolução de livros em Braille e em áudio, digitalização de textos e livros, impressão de materiais em Braille e consulta ao acervo, através do catálogo em Braille. Dispõe de computador com leitores de tela (Dosvox e NVDA), impressora Braille e um *scanner* leitor Sara CE (UFPB, 2021).

O Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN é o setor responsável pela produção e adaptação de textos em formato digital acessível, destinados para suporte informacional de estudantes com deficiência visual da graduação e da pós-graduação. Os principais serviços oferecidos são: digitalização de textos, descrição de imagens, conversão

de materiais em formatos acessíveis, empréstimo e treinamento de tecnologia assistiva, repositório de informação acessível (REBECA), revisão e impressão Braille (UFRN, 2021).

O site do Sistema de Bibliotecas Universidade Federal Rural de Pernambuco menciona a inauguração do Laboratório de Acessibilidade, no ano de 2019, e informa que o espaço oferecerá os serviços de digitalização e atendimento técnico pedagógico a estudantes e servidores com deficiência e necessidades específicas. Entretanto, não localizamos nenhuma informação a respeito da atuação do Laboratório (UFRPE, 2021).

Um dos serviços apresentados pela biblioteca da Universidade Federal do Piauí é o Laboratório para pessoas com deficiência visual, o qual tem fornecido orientações quanto ao uso de tecnologia. O espaço possui máquinas de Braille, computadores com *software* leitor de tela e impressora que imprime em Braille (UFPI, 2021). Na Universidade Federal do Maranhão a biblioteca apresenta a Sala de Acessibilidade Informacional, um serviço que disponibiliza equipamentos especializados para usuários de baixa visão (UFMA, 2021). Ambas as bibliotecas citadas dispõem de escassas informações no site a respeito do serviço dirigido a pessoas com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento dos núcleos de acessibilidade das bibliotecas federais do nordeste apresentado permitiu constatar que o contributo dos núcleos na construção de universidades essencialmente inclusivas ainda é incipiente. Verificou-se que menos da metade das bibliotecas possuem núcleos ou serviços dirigidos a pessoa com deficiência. Contudo, mesmo reconhecendo as fragilidades existentes convém destacar que os núcleos representam um avanço significativo em assegurar o acesso à informação em consonância com a Agenda 2030. O paradigma da inclusão ancorado na educação pela perspectiva inclusiva precisa de suporte efetivamente sólido da biblioteca universitária, em especial no tocante ao acesso à informação. A disponibilização de acervo em formato acessível ainda não se constitui regra, encontra-se presente apenas na UFBA, UFC e UFRN.

A informação auxilia no desenvolvimento do ser humano e as bibliotecas representam a ligação entre a informação e o usuário que dela necessita. Dessa forma, é preciso desenvolver estratégias para subsidiar a informação acessível, ou seja, aquela que está ao alcance de todos, que incluem o acervo, e, nesse processo, as singularidades devem ser observadas, uma vez que as demandas variam de acordo com o tipo de deficiência. Disponibilizar serviços de informação

acessíveis, seja na configuração de núcleo ou serviço, não se trata de uma opção, antes é uma responsabilidade da qual as bibliotecas universitárias não podem se eximir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Edital nº 8, de 5 de maio de 2008. Edital Programa Incluir. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 maio 2008.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação especial num contexto da educação inclusiva. In: GLAT, R. (org.) **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

IFLA. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. 2015.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande do Sul, v.29, n.1, p.1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em 30 nov. 2021.

PLETSCH, M. D; SOUZA, F.F. de. Educação Comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.16, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126>. Acesso em 30 nov.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciência social**. Atlas: São Paulo, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília: UNESCO, 1994.

Universidade Federal da Bahia. **Núcleo de Acessibilidade Informacional do SIBI**. 2021. Disponível em: <http://www.sibi.ufba.br/nucleo-de-acessibilidade-informacional-do-sibi-nasibi>. Acesso em 06 ago. 2021.

Universidade Federal da Paraíba. **Seção de Inclusão de Usuário com Necessidades Especiais**. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/menu/biblioteca-1/copy_of_servicos/secao-braille. Acesso em: 06 ago. 2021.

Universidade Federal de Sergipe. **Espaço acessibilidade**. 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.ufs.br/pagina/10200>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Universidade Federal do Ceará. **Biblioteca acessível**. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/biblioteca-acessivel/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Universidade Federal do Maranhão. **Biblioteca Central**. 2021. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/pagina_estatica.jsf;jsessionid=12DA5DFD7A0D94F0F41E91AFBC42F1FA?id=698. Acesso em: 06 ago. 2021.

Universidade Federal do Piauí. **Produtos & serviços**. Disponível em: <https://ufpi.br/produtos-servicos>. Acesso em: 13 ago. 2021.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Laboratório de Acessibilidade**. 2021. Disponível em: <https://sisbi.ufrn.br/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Universidade Federal Rural de Pernambuco. **UFRPE inaugura Laboratório de Acessibilidade**. 2021. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-inaugura-laborat%C3%B3rio-de-acessibilidade>. Acesso em: 06 ago. 2021.

Mapping the accessibility nucleus of federal university libraries of the northeast

Abstract: Libraries are public institutions essential for social development. In view of this, they substantially support the 2030 Agenda of the United Nations, whose purpose is to ensure human rights. This article presents a descriptive and qualitative research, with the objective of mapping the accessibility centers of federal university libraries in the northeast. Of the total of 20 universities, it was found that only 8 have accessibility center or services for people with disabilities in the library. The results illustrate that although the current activities of the centers are far from the desired perspective, they represent a significant advance in access to information for people with disabilities.

Keywords: inclusion; university library; disabled person.